



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 53ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 17 de agosto de 2015, com início às nove horas e quarenta e cinco minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **JORGE MENEGATTI** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Pedro Martendal, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 92/2015. Projeto de lei nº 93/2015. Projeto de lei nº 94/2015. Emenda modificativa supressiva nº 1 ao Projeto de lei nº 82/2015. Parecer nº 149 contrário da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 81/2015. Parecer nº 16 favorável da Comissão de Cultura e Desporto ao Projeto de lei nº 82. Parecer nº 150 favorável (condicionado) da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 82/2015. Parecer nº 153 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 87/2015. Parecer nº 154 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 88/2015. Parecer nº 151 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 85/2015. Parecer nº 152 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 86/2015. Parecer nº 156 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 89/2015. Parecer nº 63 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 81/2015. Parecer nº 64 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 82/2015. Parecer nº 65 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 88/2015. Parecer nº 66 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 87/2015. Ofício nº 142/2015, do gabinete do vereador Romulo Quintino comunicando ausência na presente sessão. Ofício nº 1256/2015, do Ministério Público, a respeito de Inquérito Civil nº MP-PR 0030.15.001778-5. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores: João Paulo de Lima, Paulo Porto, Fernando Winter, Professor Paulino e Jorge Menegatti. – Presidente: Finda está à leitura da matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**: - Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia (Não houve). **ORDEM DO DIA** – Presidente: Em única discussão e votação o veto total ao Projeto de lei nº 47/2015, que dispõe sobre a instituição de campanha publicitária pra vacinação gratuita pra idosos nos Postos de Saúde do Município, de autoria do vereador Celso Dal Molin e com o apoio dos vereadores: João Paulo de Lima, Nei H. Haveroth, Carlos Luiz de Oliveira, Aldonir Cabral, Jorge Menegatti, Fernando Winter, Pedro Martendal, Vanderlei Augusto da Silva, Professor Paulino e Jorge Bocasanta. Em discussão o veto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Este projeto vem pra colaborar com a sociedade de Cascavel, quando se fala em pessoas idosas. São 4 vacinas, a de influenza é divulgada e este projeto



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

acrescenta mais 3 vacinas pra que sejam divulgadas. Vacinas que já fazem parte dos postos pra serem liberadas e não são divulgadas, que é a pneumococo, que é contra pneumonia, que é uma infecção que se instala nos pulmões provocada pela penetração de um agente infeccioso, bactérias, vírus, fungos e por reações alérgicas no espaço alveolar, onde ocorre troca gasosa. A outra é a difteria que é contra difteria e tétano. Também temos a vacina contra febre amarela, devendo ser reforçada a cada 10 anos. Esse projeto vem beneficiar a terceira idade da nossa cidade. Em Cascavel hoje, 25% da população já passou dos 60 anos; então temos em torno de 60.000 pessoas acima dos 60 anos. Quando se fala em prevenção e ter cuidado com a saúde, é isso que esse projeto faz. Estamos tendo um cuidado com a saúde de Cascavel, através da prevenção. Queremos, através desse projeto, que o idoso tenha acesso a essas 3 vacinas que são gratuitas, através de uma divulgação. Verba já existe pra fazer isso, só que se acrescente essas 3 vacinas mais. Queremos lembrar que, partimos pra um tempo, onde no máximo em 15 anos a maior parte da população de Cascavel, praticamente será de idosos. Se acompanharmos a estatística da idade das pessoas, vamos ver que logo Cascavel terá 50% da população de pessoas acima de 60 anos. Esse projeto vem beneficiar essas pessoas, através da divulgação. Queremos lembrar, vereador Nei H. Haveroth, nós estivemos no HU e o senhor observou algo interessante, que no HU pra cada criança internada tem 2 idosos. Quando visitamos as Upa's, o número de idosos internados é muito grande. Queremos que esse projeto venha beneficiar na prevenção, pra que possamos ter cuidado. Muitos de nós daqui a 10, 15 anos já seremos terceira idade e teremos direito de receber essa vacina gratuita. O próprio prefeito, também estará nessa faixa da terceira idade e me causa surpresa o Executivo vetar esse projeto, falando que a publicidade pode causar despesa ao município; sendo uma cidade que faz muita divulgação de várias situações do BID, do Teatro e outros meios. Estamos pedindo algo pra saúde da terceira idade, baseado que hoje 60.000 têm mais de 60 anos. Baseado neste projeto, ele vem simplesmente pra trazer prevenção. Estamos trabalhando em prol da saúde, buscando recursos pra melhorar a saúde nos postos, Upa's e hospitais e queremos que esse veto seja derrubado, porque não podemos aceitar o fato de algo que só vai usar os meios de comunicação da nossa cidade na divulgação; já que existe a verba, já está lá, já é divulgada a Influenza que é a vacina contra gripe. Só pedimos que seja acrescentada a febre amarela, difteria e pneumococo que são vacinas que o idoso tem direito. Pedimos que esse veto seja derrubado, em favor da população da terceira idade da nossa cidade. População que cresce muito e já, já, será metade da população de Cascavel. Baseado nas colocações que estou fazendo, peço aos senhores pra derrubarem esse veto, pra que haja nos anúncios, que haja na divulgação publicitária, que é feita na cidade, quando se fala de saúde mais essas 3 vacinas. Peço voto contrário a esse veto. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Eu havia alertado o vereador e essa Casa que, eu não estava vendo necessidade do projeto, que os órgãos de saúde já estavam fazendo esse atendimento. E aqui, o projeto tem uma amplitude que atende tudo, que já é feito na



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

área da saúde. Se ele estivesse fundido um... “a difteria não é feita”, então vamos pedir que de agora em diante ela seja colocada dentro do programa de saúde, mas ele fez um projeto amplo tratando, inclusive da Influenza A, que é bastante divulgada e está à disposição dos idosos, e pode-se dizer de toda população. Me parece que pelo que a Secretaria de Saúde colocou, esse caminho, ele tem andado neste sentido; então acredito que houve boa vontade de melhorar o atendimento por parte do vereador, mas poderia ser mais específico no projeto. Não dá pra dizer que a Secretaria de Saúde está mentindo, dando informações erradas ou os próprios órgãos, e que a nossa própria Comissão de Saúde tenha dado parecer contrário ou favorável de acordo com o entendimento deles. Estamos votando um veto que da minha parte era esperado que ia acontecer. Alertei isso e, votei contra o projeto por tais razões. Vou manter o meu voto a favor do veto, por entender de uma forma que deveria ser o projeto feito de uma maneira mais clara. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Este projeto surgiu por uma morte de um idoso, que não tinha tomado a vacina; porque não tinha conhecimento. Antes de fazer esse projeto, eu consultei o Conselho do Idoso e eles me confirmaram que essas vacinas não são divulgadas. A maioria não sabia que tinha direito a essas vacinas. Estou pedindo que junto com a vacina da gripe sejam divulgadas mais essas 3, pra que tenham o conhecimento. É algo simples, mas que tem resultado positivo e que vai ajudar a população da terceira idade a ter esse conhecimento. Não estou pedindo nada absurdo, mas que seja feita só a divulgação pra que mais tarde, mais uma pessoa não nos procure dizendo: “meu pai faleceu e não sabia que tinha essa vacina gratuita”. Vício de origem, o que mais acontece nessa Casa é isso. (-Um aparte) - Vereador Rui Capelão: Pois não! – Vereador Luiz Frare: A vigilância sanitária se manifestou em nota, que diz o seguinte: essa ação já vem sendo cumpridas pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo que a legislação vem de encontro ao já normatizado, por ser essa de competência exclusiva como acima delineado. Ou seja, já existe a campanha, já existe a ação e já está sendo praticada. Obrigado. - Vereador Rui Capelão: Acho que nós somos fiscalizadores, temos mais que fiscalizar do que fazer leis. Se alguém não está sendo informado, não estamos fiscalizando a lei pra fazer com que, as pessoas tenham melhor informação. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Este veto queria fazer três observações. Primeiro, acho que é uma falta de respeito com os idosos. Construíram essa cidade e constantemente temos visto eles serem preteridos nos órgãos públicos, no atendimento aos idosos. É uma obrigação nossa e assim como os filhos tem que cuidar dos pais; o município tem que dar uma atenção especial aos idosos. Em segundo lugar, entendo que há uma falta de sensibilidade em não investir mais na questão da divulgação e conscientização das pessoas idosas, pra que cuidem da sua saúde. Em terceiro lugar, vejo uma questão administrativa, pois ao não atender bem os idosos eles ficarão doentes e acabam indo pra o hospital e utilizando um leito, que já é um problema sério, que temos. Você cuidar dos idosos gera economia, no sentido que ele dispensa de cuidados específicos na sequência. Parabenizo o vereador Celso Dal Molin pela iniciativa e manifesto meu voto



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

contrário ao veto e; peço que os demais vereadores façam isso com tranquilidade. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Frare: Vossa senhoria, como advogado que é, deve entender que idoso de acordo com o artigo 230, da Constituição Federal é quem tem 65 anos ou mais. E o artigo 39 do Estatuto do Idoso também, diz: idoso é a pessoa que completa 65 anos. O senhor está equivocado quando fala do idoso com 65 anos. – Vereador Pedro Martendal: O senhor deve estar... não foi claro na sua manifestação, porque não citei idade. Estou falando que devemos cuidar do idoso, não citei 60, 65. E como tem outro projeto da sua autoria que também, discute essa questão de 60, 65 também, queria que o senhor desse uma olhada com mais detalhe no Estatuto do Idoso que fala que aos 60 anos, o idoso já tem direitos desde que já referendado a nível municipal. E outro direito que o seu projeto pretende restringir ao idoso, essa Câmara de Vereadores no ano passado concedeu esse benefício ao idoso. Sempre que votamos, discutimos de maneira responsável o projeto e se lá atrás os colegas vereadores da época, assim decidiram, tinham motivos óbvios e legais pra decidir. A legislação permite que, mesmo aos 65 anos alguns benefícios, mesmo que referendados pela Câmara de Vereadores pode ser concedido. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Vemos que empresas estão começando a se especializar para investir nas pessoas acima de 60, 65 anos; porque será uma geração de idosos grande no nosso país. Se empresas estão pensando em investir neles, nós, como Poder Público temos também, que pensar em investir nos idosos, que serão a maioria no futuro. Esse projeto vem pedir que: divulgue-se mais 5 vacinas, pra que tenhamos uma prevenção na saúde dos idosos. Obrigado. – Vereador Pedro Martendal: Seria isso. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Antes de iniciarmos pelo projeto de lei nº 47, do veto total, quero deixar já registrado nesta Casa e pedir pra que o líder do governo possa comunicar a Secretaria de Saúde que acaba de chegar mensagens no nosso telefone, que desde as 6 da manhã há mães esperando na Upa pediátrica; porque os médicos não estão chamando. Alguma coisa aconteceu lá. Crianças com 39 graus de febre. Gostaria que a liderança do governo já acionasse a Secretaria, pra ver o que está acontecendo na Upa pediatria. Voltando ao assunto sobre o veto: assinei, vereador Celso Dal Molin, junto com vossa senhoria e dizer que depois que a gente assina, mesmo que venha... nós temos que manter; porque tivemos informações que era necessário. Então gostaria de pedir voto contrário a esse veto, porque desde o início da CPI da Saúde quando fizemos nesta Casa, e muitos têm que lembrar sobre essa temática, colocamos no relatório pedindo uma ampla divulgação sobre as vacinas e onde as pessoas iriam: se era nos postos, nas Upa's, pra não acontecer como está acontecendo na Upa pediatria, os pais mandando mensagem que estão esperando desde a 6 da manhã: "-mas é divulgado". Divulgado, que o cadeião todo mundo com H1N1 e porque um não tomou. Tem que fazer tomar. Muitas vezes acontece pessoas ficarem aguardando uma vacina, porque não sabem se tem ou não. Tem que ser divulgado pra não acontecer dessa maneira, porque as pessoas só vão tomar quando ficam sabendo por outro alguém. O município não está correspondendo, no sentido de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

divulgar essas vacinas. Não mudo meu voto e gostaria que os vereadores que não assinaram pudessem também, complementar. É uma lei que tem que ser fiscalizada, se não funciona, algo está acontecendo de errado. Peço que os senhores analisem: já assinaram esse projeto e dessa maneira, peço voto contrário a esse veto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Esse veto muito bem justificado pelo vereador Rui Capelão e outros que me antecederam, onde o município esclarece claramente no ofício nº 419 da Secretaria de Saúde, onde está sendo amplamente divulgado no município de Cascavel. Amplamente já vacinado a população de abril a maio de cada ano, pra população, entre elas de 60 anos a mais. Essas ações estão sendo feitas já no município de Cascavel. O Pedro Martendal falou sobre a falta de respeito com os idosos; se não tivesse já sendo feito em Cascavel, eu diria que haveria uma falta de respeito; mas como está sendo feito amplamente em Cascavel e fui me certificar com o vereador Rui Capelão, porque ele votou contra na época o projeto, porque realmente ele entendeu, estudou plenamente a matéria. Nós verificamos, através desse ofício da Secretaria de Saúde a justificativa plena disso. Foi falado também, pelo vereador Pedro Martendal sobre investimento na saúde. Sabemos que em Cascavel está sendo investido quase 32% na saúde. Investimento existe. Estava semana passada em meu gabinete, onde a mãe de uma senhora me ligou, que estava com essa senhora lá na Upa Veneza, com problema de atendimento. Imediatamente o secretário de saúde olhou no telão e verificou a existência dessa pessoa. Estão sendo monitoradas as Upa's, através desses monitores e imediatamente foi dado retorno pra que essa pessoa fosse atendida. Falar aos vereadores que assinaram como apoiadores do projeto, que é natural o Executivo se manifestar. O vereador faz as leis, o Executivo tem o direito de se manifestar. O Executivo está se pronunciando a respeito do que está sendo feito em Cascavel, uma campanha a pleno vapor. Não há necessidade de gastarmos com uma ADIN, aonde vai pra Brasília, e tem despesas e evitar ao município essas despesas. Estão sendo respeitados os idosos de Cascavel, estão sendo feitas as devidas vacinas. Peço voto favorável; porque está sendo feita essa ação no município de Cascavel. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: A questão da informação é relativa. Você conversa com as pessoas: “eu não ouço rádio”, “não vejo televisão”; muitos porque não têm interesse de acompanhar a imprensa, outros porque trabalham, não têm tempo. O idoso tem tempo pra assistir rádio, televisão, etc. e isso faz muito bem pra saúde. A questão da informação está muito na pessoa e na família. Quem cobra as vacinas em casa é minha esposa: “-você precisa fazer a vacina do tétano”. Isso depende muito da família orientar e de você procurar estar informado. Não vou dizer uma pessoa no leito, deficiente, sem acesso à educação; portanto, vejo que estamos querendo cobrar uma coisa que não depende de nós e nem do Poder Executivo. Eu poderia ter assinado também, se tivessem me levado, mas acho que a questão às vezes é de tentar melhorar a saúde; mas sem as informações necessárias que você deveria ter pra que o projeto fosse aprovado. Temos que respeitar o nosso lado, mas também o Poder Executivo. Não adianta queremos ser trator e passar por cima do que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

o Poder Executivo está determinando. Obrigado. – Vereador Cláudio Gaitero: Peço voto favorável ao veto. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Quando vejo a televisão, a gente percebe que Cascavel, metrópole em crescimento, enfim; a Secretaria de Comunicação de Cascavel se fosse eu o prefeito, eu ia diminuir bastante. Órgãos públicos não precisam de propaganda; se você fizer uma boa administração, já está sua propaganda ali. Quanto a esse projeto do Celso Dal Molin, não é uma função da Secretaria de Comunicação ter vacina contra a gripe, isso, aquilo. Se bem que junto quando tem campanhas do Governo Federal já vem junto, estadual temos acs's e quem vai nos postos é orientado. Não precisa nem de campanha, na própria carteirinha já diz que precisa ser vacinado. Se esse cidadão perdeu a vacina foi porque ele não participava do posto de saúde, PSF, participava de outras coisas. Lógico que o dinheiro gasto na comunicação; lógico que mesmo sendo repetitivo, a campanha é mais importante do que toda hora pro: anfiteatro, Bid; propaganda até pejorativa que só fala em propaganda, muitas vezes, mais pessoal do que de interesse público. Um ex-prefeito foi até condenado a devolver dinheiro por utilizar essas técnicas. A Secretaria de Comunicação deveria diminuir bastante esse orçamento, porque não precisa fazer campanha é só fazer uma boa administração. Na época votei contra esse projeto, porque vinha de encontro com as leis federais. Quando tem vacina a gente vê na televisão. Quanto às exceções: o governo federal, estadual vem... tipo o surto da gripe suína de 2009; então é bem explicado no posto. Mas se eu pensar em propaganda do calçado ou da vacina é melhor ficar com a vacina, mesmo que seja repetitivo. O veto é estranho, mas votei na época contra minha própria indicação; porque achava que era jogar dinheiro fora, porque ao invés de ficar repetindo os gastos poderia ter comprado um congelador pra colocar essas vacinas, reformar o posto do Los Angeles, Cancelli. Poderia ser usado o dinheiro em outras coisas, porque a informação realmente chega na população. Fica meu voto confuso, mas mesmo assim vou acreditar que o prefeito daqui pra frente vai parar de gastar em propaganda e vai pegar o dinheiro das comunicações e vai aplicar aonde mais venha a beneficiar o povo. Por isso, vou votar a favor do veto. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Celso Dal Molin, a apresentação do seu projeto, subscrevemos e pensamos muito antes de assinar; embora sabendo a questão da propaganda. A informação é extremamente importante e entendemos que muitas vidas podem ser salvas com informação. Não vejo que vai ter gastos maiores pra prefeitura na área de comunicação, porque já faz divulgações. Na medida em que faz divulgação, colocar mais 2, 3 nomes de obrigatoriedade, só vem contribuir. Entendo que na minha forma de pensar que, naquele momento foi importante meu voto e mantenho meu voto, por ter entendido que era importante. Vejo que, em Cascavel nós temos que valorizar mais, o senhor Rui Capelão que completou 70 anos. Oxalá que muito mais trabalhadores possam chegar a sua idade! Deus lhe ilumine e que possa fazer muito mais, mas gostaria que pra outros trabalhadores também, possam fazer direitinho suas vacinas. Nós, como Comissão de Saúde, visitando as unidades de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

saúde conseguimos verificar alguns destaques que são importantes. Aquelas unidades da saúde da família, onde tem o contato do médico com as pessoas, que conversa, que trata pelo nome; nós reconhecemos a importância desse trabalho. Nós temos falado e temos reconhecido que a melhor idade está sendo muito bem tratada e isso dá um resultado positivo. Vejo que não haverá gasto pra prefeitura, não terá que fazer aditivo pra poder cumprir essa meta, não é só mais uma lei; por isso nós subscrevemos na época. E hoje temos obrigação de votar favorável ao projeto, porque entendo que a medida que passa por aqui, não é mais do Celso Dal Molin; mas da sociedade de Cascavel e entendo que, não vai estar onerando a sociedade de forma a fazer propaganda. Não estamos fazendo propaganda do nome de pessoas. Vão estar fazendo propaganda, divulgando o nome de uma vacina que vai estar prolongando a vida de pessoas com mais idade. Devemos tratar melhor as pessoas que construíram essa cidade, por isso meu voto é contra. Obrigado. – Presidente: Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Rui Capelão, Walmir Severgnini, Fernando Winter, Jaime Vasatta e Jorge Bocasanta) (Foram contrários, os vereadores: Celso Dal Molin, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino e Vanderlei Augusto da Silva) – Secretário: Com 11 favoráveis e 8 contrários; veto total mantido. – Presidente: Com 11 favoráveis e 8 contrários; veto total ao Projeto de lei nº 47/2015 mantido. Passamos pra primeira discussão e votação do Projeto de lei nº 81/2015, que dispõe sobre a forma de amortização do déficit técnico atuarial (custo suplementar) do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do município de Cascavel – IPMC, de autoria do Poder Executivo Municipal. Este projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação; em discussão o parecer contrário. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Esse plano de amortização, a dívida do IPMC é um problema que vai complicar muito a vida futura de Cascavel. Aqui, está o pior problema de Cascavel; isso vem contra a cidade em construção; vai ser uma cidade de desconstrução no futuro. Hoje, o prefeito não consegue pagar 2% e está tentando fazer um negócio, pra pagar esse ano e outra no ano que vem; mas no futuro, o prefeito dos nossos filhos, dos nossos netos vai ter que entrar com 16% da arrecadação total do município. Se nós pensarmos Cascavel do futuro, tínhamos que repensar esse quadro do IPMC e fazer mais aportes de dinheiro nessa instituição, pagar a dívida deixada por antigos prefeitos. Não entendo como a Justiça pôde não interferir no passado, fazendo com que os prefeitos pagassem o que foi recolhido dos servidores e o direito da prefeitura pagar sobre os encargos dos funcionários. Tem uma dívida muito grande. Em 2015, o saldo da dívida vai ser de mais ou menos 798 milhões, quase um ano inteiro do orçamento. Aqui, nós com esses 5 milhões querem dar um jeito, uma pedaladilha, querem começar em maio e terminar em junho do ano que vem e dentro dessa tabela a dívida vai aumentar em 39 milhões. Se tivéssemos alguém com consciência do futuro, planejamento. É a mesma coisa de um trabalhador ter uma dívida e não pagar nem o juro da dívida, pagar



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

10%, vamos levando, e uma hora ele vai falir. Aqui, ao invés de ser 5 milhões tínhamos que estar pagando 20 milhões, porque nós em 2030, 2040 não estaremos mais aqui; mas os filhos de Cascavel vão estar sofrendo na carne, essa zoeira financeira que foi o IPMC não do Edgar Bueno, vamos fazer jus; mas antes do Edgar Bueno. E hoje ele está querendo uma parte do dinheiro pagar ano que vem e; ano que vem os 11 milhões só pagar metade novamente. Sou favorável a Comissão de Justiça e Redação fez um excelente trabalho e temos que, votar a favor dela. O mínimo que se espera é que esse governo pague pelo menos essa miséria, que está sendo pago; porque no futuro Cascavel vai ter um problema muito sério. Deveríamos fazer um estudo no planejamento. Esse povo inteligente que a prefeitura tem do outro lado, comece a refazer suas contas e volte aqui, aportando mais dinheiro ao IPMC, ou seja, não vamos pagar uma migalha da dívida, vamos pagar os juros e mais um pouco. Sou favorável ao parecer da Comissão. Era isso. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Concordo com você, que ao longo dos próximos anos a dívida ao invés de baixar, vai continuar subindo. Ela só vai encontrar um ponto de equilíbrio lá em 2024 mais ou menos e, até 2040, é o último ano pra zerar o déficit, deve estar zerado, com 16% do orçamento comprometido. Na época em que foi feito este acordo, nós colocamos uma fórmula matemática progressiva, pegando uma parcela do orçamento e aumentando todo ano. Começou com 0,5% e vai aumentando e vai chegar a 16% em 2040. Também concordo que deveria estar se amortizando mais; mas onde o município vai cortar, pra colocar no IPMC? Pra esse ano, se aprovado agora, vai 6 milhões de reais; 500 mil por mês até maio de 2016 e a partir daí, em torno de 1 milhão por mês até maio de 2017 e assim, sucessivamente. Estamos pagando esse déficit atuarial, desde maio de 2010 e ele é oriundo do não repasse ao Instituto de Previdência da parte que cabia ao município, na época. O Instituto de Previdência do servidor público municipal foi constituído em 1970, de lá pra cá, só em 2001 começou a ser colocado o dinheiro correspondente. (-Um aparte) Pois não! – Vereador João Paulo de Lima: Gostaria de perguntar a vossa senhoria, que origem deu a esse déficit no IPMC e gostaria de saber se não vai zerar; porque continuam deixando de repassar a parcela mensal do Comprev. O senhor que já tem um conhecimento gostaria de perguntar: o que aconteceu, foram outros governos que não contribuíram da forma que podiam? Até mesmo porque está esse déficit que agora vai ter que recompor e afinal, sabemos que todos os meses é descontado dos servidores o IPMC. Se o senhor pudesse me esclarecer, pra eu tirar algumas dúvidas. – Vereador Luiz Frare: O servidor público recolhe 11% sobre a folha e o município os outros 11%. O que aconteceu durante 1970 até 2000 é que, infelizmente nem o repasse do servidor e nem do município foi efetuado. Quando chegamos lá em 2001, tinha apenas 150.000 reais depositados no IPMC. A partir daí o prefeito Edgar Bueno determinou que todo repasse do servidor público e do município seria efetuado rigorosamente, mensalmente e foi o que aconteceu durante os 4 anos. Os próximos 4 anos do prefeito Lísias Tomé aconteceu da mesma maneira e, os outros 4 anos do prefeito Edgar Bueno e mais esses 3, está acontecendo igual. Hoje, o IPMC tem em



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

caixa em torno de 180 milhões de reais e alguns terrenos que essa Câmara aprovou ano passado, pra cobrir uma parte do déficit. O déficit atuarial é de 800 milhões de reais e esse déficit vai ser coberto ao longo dos próximos 25 anos. Como eu falei: até 2025 a dívida vai crescendo e embora pagando 500 mil por mês, não paga o juro. Até 2025 ela vai crescer e, a partir daí vai começar a amortizar o déficit pra chegar em 2040, zerado. Houve a necessidade desse aporte, por determinação do Ministério da Previdência Social. O município acolheu uma proposta que aliás o próprio município fez e, o Ministério acolheu; no sentido de se parcelar isso até 2040. E não foi só o município de Cascavel, todos os municípios que estavam com esse problema aquiesceram a essa proposta. O município de Cascavel está procurando contribuir e aportar o que é devido, mensalmente. Obrigado! – Presidente: Antes de continuar essa discussão, suspendo essa sessão e convido os senhores pra que façamos uma reunião internamente. (Intervalo) Retomamos a sessão. Coloco em votação o parecer contrário. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Aldonir Cabral, Jaime Vasatta, Jorge Bocasanta, João Paulo de Lima e Vanderlei Augusto da Silva) (Foram contrários, os vereadores: Cláudio Gaitero, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Rui Capelão, Walmir Severgnini, Fernando Winter, Celso Dal Molin, Ganso Sem Limite, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Pedro Martendal e Professor Paulino) – Secretário: Com 5 favoráveis e 14 contrários, parecer derrubado. – Presidente: Com 5 favoráveis e 14 contrários parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, prejudicado. Passamos pra discussão do Projeto de lei nº 81/2015. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Como existem algumas dúvidas, a respeito desse projeto, por alguns vereadores; faço pedido de vistas desse projeto nº 81. – Presidente: Em discussão o pedido de vistas feito pelo vereador Cláudio Gaitero, líder do governo. Muito bem lembrado pela Diretoria Legislativa, há um pedido de urgência aprovado nesta Casa. O Projeto tramita em pedido de urgência, não cabendo pedido de vistas. – Vereador Cláudio Gaitero: Pode pedir prorrogação, por uma sessão? – Presidente: Só um segundo. Aceito uma sugestão do vereador Paulo Porto, devido à importância do projeto; infelizmente temos essa barreira regimental que não é permitido pedir vistas, nem adiamento e nem retirar o projeto; então sugeriria aos senhores vereadores que pudessemos aprovar esse projeto, hoje com a concordância do líder do governo Cláudio Gaitero e da chefe de gabinete, a secretária Micheline. Nós faríamos uma reunião, amanhã cedo com o IPMC e com o Conselho do IPMC, pra que pudesse tirar dúvidas dos senhores vereadores; antes da segunda votação no período da tarde. Fica o encaminhamento da presidência, neste sentido. – Vereador Cláudio Gaitero: Combinado. Faremos o possível e impossível pra participarmos dessa reunião, amanhã cedo. – Presidente: Seria isso, vereador Paulo Porto? - Vereador Paulo Porto: Contemplado com esse encaminhamento. (-Questão de ordem). – Presidente: Pois não! - Vereador João Paulo de Lima: Amanhã é impossível até porque, vai tirar todas as dúvidas; acho importante que se ajuste pra quarta-feira, conforme o combinado. E se não tiver jeito, o Executivo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que determine a retirada do projeto. – Vereador Luiz Frare: Vou fazer uma colocação que analisando o projeto do jeito que está; não tenho dúvida de que o projeto se for aprovado como foi aprovado no ano anterior e anterior; porque isso vem desde 2010 sendo feito dessa maneira; se há ilegalidade na aprovação do projeto ou dúvidas quanto ao aporte financeiro, quero crer que amanhã, quando o pessoal do IPMC vier até a Câmara pra esclarecer, as dúvidas serão dirimidas. Quanto ao projeto em si, não tenho dúvida de que ele está legalmente constituído. – Presidente: Como não há regimentalmente a possibilidade de pedir vistas ou adiamento do projeto, acho que o único encaminhamento possível é esse: votar, agora. Faremos essa reunião amanhã cedo. Se algum vereador não se sentir contemplado com a argumentação, vote contrário ao projeto na segunda votação, de amanhã. Acho que é o único encaminhamento possível, no momento. Continua em discussão o Projeto de lei nº 81/2015. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Quero manifestar minha opinião a respeito desse projeto, até após minha manifestação quero fazer uma sugestão também, que já em outros casos e no momento que antecede a sessão ou na discussão do projeto, houve já esclarecimento por parte de algum secretário, algum projeto aqui, até durante a sessão, podemos estar colocando essa sugestão. Pra mim, não há dúvida em relação a esse projeto; nós votamos ano passado, situação semelhante a essa como bem disse o vereador Luiz Frare. Pra quem tem um pouco da noção da gestão orçamentária e acompanha o orçamento do município não resta dúvida, neste sentido. Não tem dúvida esse projeto. É complicado, mas o município além de estar aportando o que é de competência, de direito do funcionalismo, ele tem feito rigorosamente nos últimos anos, ele está pagando parte daquilo que é dívida do ano 2.000 pra trás. Não tenho dúvida a respeito desse projeto, vou votar a favor, hoje. Se precisar votar amanhã, estou a favor; porque pra mim não tem dúvida e votando nesta Casa desde 2013 esse mesmo teor de projeto; basta termos um pouco de bom senso. E se for o caso, pra esclarecer as dúvidas dos vereadores, se for possível regimentalmente que o secretário de Administração ou do IPMC, amanhã, use 10 ou 15 minutos do nosso tempo na sessão e tire as dúvidas dos vereadores que, assim desejar. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Este projeto do IPMC, diz respeito a todos nós servidores do município, que no futuro queremos ter nossa aposentadoria. Precisamos ter nosso futuro financeiro do IPMC garantido. A Comissão de Justiça, às vezes muito criticada nesta Casa com seus pareceres. Hoje, achei que ia receber os parabéns, porque hoje demos parecer contrário por questão de corrigir a redação. A questão financeira onde o parecer foi contrário: foi porque temos uma lei federal, que diz que tem que coincidir com o exercício financeiro. Mas na prática, nos últimos anos não tem coincido e o município precisa repassar esse recurso pra o IPMC, pra que ele continue funcionando bem. O problema é que os prefeitos do passado não tiveram esse compromisso, com o servidor público. O servidor público do passado se dependesse dos ex-prefeitos, de repente não teriam aposentadoria. Hoje, está se corrigindo o que no ano passado não



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

foi feito. E é bom que diga o seguinte, principalmente, pra quem será candidato a prefeito do município de Cascavel: em 2016, o valor que tem que ser repassado pra o IPMC é de R\$ 11.522.708,99. Em 2017, esse valor será de R\$ 17.136.336,45. Em 2018, será de R\$ 22.749.163,90 e em 2019 estará em R\$ 28.363.591,36. É muito dinheiro. Os próximos prefeitos têm que pensar realmente, no que vão pegar pra pagar e têm que pagar; porque o servidor não pode ser prejudicado. Entendo o nosso encaminhamento da Comissão de Justiça é com relação ao ano civil e fiscal, que está na lei federal, mas não tem sido feito isso. A Comissão de Justiça apresentou uma emenda que vai ser votada amanhã, com relação às correções que precisa se fazer no projeto e gostaria de pedir ao vereador Jorge Menegatti e Aldonir Cabral, que amanhã suspendêssemos a reunião da Comissão de Justiça pra que pudesse vir e, discutir com o Conselho de Previdência do Município; que o diretor presidente do IPMC e a diretoria administrativa venham aqui, junto com a equipe técnica e pra que nós vereadores possamos amanhã, suspender a reunião da Comissão de Justiça pra discutirmos esse projeto. Amanhã, pra que possamos sanar todas as nossas dúvidas e principalmente pra termos dinheiro pra pagar a sagrada aposentadoria dos nossos servidores públicos, porque no futuro espero ser um aposentado do município e ter dinheiro pra receber a aposentadoria do município. Não só eu, como todos os servidores que irão se aposentar no município de Cascavel, pra que não aconteça como no Estado de ter que sacar dinheiro da previdência. O município que tem que mandar pra lá esse dinheiro e nós, enquanto vereadores temos que garantir isso. E que, os próximos prefeitos vão pra os debates de televisão conhecendo o que terão que pagar, inclusive os prefeitos que vão administrar pra nossos filhos e netos no ano de 2040, quando o valor será R\$ 146.249.777,94. Esse é o valor que o prefeito em 2040, terá que passar pra o IPMC. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Uma discussão crucial pra o município, tanto que entendi que foi correta a suspensão da sessão pra ter um debate melhor. Meu voto será neste momento favorável ao projeto, balizado após consulta a Marilei Teixeira, presidente do Conselho Municipal do IPMC, que indica voto favorável e com compromisso que amanhã cedo, teremos uma longa conversa com a Marilei Teixeira e o secretário Alissom. Deixar clara a nossa preocupação por descaso de prefeitos anteriores, na qual se inclui Edgar Bueno, lembrando que ele se encontra na 3ª gestão. Essa crítica é pra todos. Houve um profundo descaso ao IPMC, que pode comprometer de maneira definitiva o orçamento de Cascavel. É algo sério e que tem que ser debatido por isso, quero parabenizar o presidente por ter suspenso a sessão e também, correto o encaminhamento aceito pelo líder do governo. Queria também parabenizá-lo por estar acatando esse nosso encaminhamento, de amanhã, ter um debate mais longo a respeito disso; por isso meu voto será favorável. E espero que amanhã todos estejamos aqui, pra debater com o Conselho Municipal e com o Alissom, no sentido desse projeto e também, no sentido de questionar e perguntar o que será de Cascavel em 2040, quando cento e poucos milhões por ano têm que ser destinados ao IPMC. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

João Paulo de Lima: Não somos contra esse projeto. A única coisa que temos que fazer é alguns questionamentos que, não estão bem esclarecidos até porque de suma importância; é um projeto fundamental que é a resolução, neste sentido. Vejo que também, falta muito do presidente do IPMC de não estar conversando com os vereadores e passando informações. Um projeto tão importante e vejo que a presidente está aqui e está comprometida, no sentido de verificar porque é uma questão que lá na frente é prejudicial; principalmente aos servidores. Agora, lamentar ao presidente do IPMC de não encaminhar nenhum ofício, nem especificar. Aqui, só vêm pra essa Casa os projetos pra gente votar. Não se coloca em pauta o que está acontecendo e aí temos que parar a sessão pra realizar certas situações, que ficam inadmissíveis. Quero solicitar que isso não aconteça mais uma vez e dizer que, o vereador Vanderlei Augusto da Silva lembrou uma situação importante, que os pré-candidatos a prefeito pensem nisso; porque os próximos prefeitos enfrentarão um abacaxi grande pra descascar. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Cumprimentar o vereador Jorge Bocasanta que levantou a questão, que temos que estar colocando não 500.000, mas 5 milhões. O vereador Paulo Porto que bem conhece a temática que tivemos ao nível de Estado debatendo essa questão da presidência e, é o quê o Vanderlei Augusto da Silva e nossos vereadores da Comissão de Justiça, vocês são felizes em levantar essa questão, que incomoda os cascavelenses. O vereador Luiz Frare que tem acompanhado o debate há mais tempo, por ter feito parte da Secretaria de Administração dos prefeitos anteriores; entendamos que é fundamental se fazer um bom debate. Parabenizar o nosso presidente, por sua preocupação, um tema tão importante que não diz respeito a partidos políticos e sim, ao futuro da nossa cidade, aos funcionários do nosso município, aqueles que vão pagar a conta depois. Não é questão de votar a favor ou contra, mas votar com responsabilidade. Entendo que, é fundamental os encaminhamentos e dizer que, embora o aporte, entendamos que teria que ser maior, mas somos favoráveis neste momento, se não tem os 5 milhões, quanto mais pudermos pagar mais que se faça o pagamento. O que não dá pra acontecer é ficar sem esse mínimo, que pelo que nos apresentaram já está acertado, planejado. É importante que nós, enquanto vereadores, sociedade de Cascavel de modo geral tenhamos a compreensão do tamanho dessa dívida. Necessitamos de conhecer ela, dominar esses números pra que possamos nos posicionar com segurança. Sou favorável aos encaminhamentos, que amanhã a gente possa entender melhor esses números. Estamos passando ainda, por uma situação complicada no Estado do Paraná quando o Estado hoje faz o contrário do que estamos fazendo aqui; ele está pegando os recursos que nós trabalhadores, acumulamos. O Estado está fazendo o contrário dessa proposta aqui, então sou favorável sim, que se faça esse debate e que consigamos encontrar um bom caminho, aqui. Isso é fundamental pra nós. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Esse projeto, já debatemos em épocas anteriores. Achei bicho feio a hora que apareceu aquele troço lá: como vou votar esse troço, esse negócio, está difícil de votar.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Tive que acreditar em algumas coisas pra poder votar o projeto. Hoje, estamos discutindo uma coisa que já votamos lá atrás, que era a regularização, a forma de pagamento do IPMC. Hoje, temos que seguir o projeto que votamos lá atrás; porque não questionaram, discutiram esse projeto no momento que deveria ter discutido. Se votarmos contra, estamos votando contra o que discutimos lá atrás e estamos prejudicando o IPMC, o servidor aposentado, aquele que irá se aposentar. Portanto, não vejo restrição votar favorável a isso, porque é uma sequência do que votamos e vamos ter que votar todo ano. Questionar, podemos questionar valores; mas vamos ter que ser favoráveis a esse processo enquanto estamos aqui; então vejo pouca coisa pra discutir nesse sentido. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Concordo em número, gênero e grau. Um único “porém”: essa celeuma foi causada, pelo menos pra mim, porque pela primeira vez houve parecer contrário da CCJ a esse projeto. Isso que quero entender, também. Já derrubamos, mas acho que isso vai nos ajudar, mas no resto concordo com a fala do vereador Rui Capelão. (-Um aparte) – Vereador Rui Capelão: Pois não. – Vereador Luiz Frare: Ano passado a CCJ também, deu parecer contrário. – Vereador Rui Capelão: Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Esse projeto passou pela Comissão de Finanças, a qual faço parte; onde estudamos bem. Aqui foi falado por muitos vereadores de que já passou outros anos, o mesmo projeto. Não vejo problema nenhum em aprovar esse projeto, já que estamos corrigindo erros de prefeitos lá atrás. Se não aprovarmos esse projeto, o funcionalismo que vai ser prejudicado. Hoje, no sistema previdenciário de todo Brasil, vemos um grande problema; em 10 anos vai ter mais idosos do que pessoas na ativa. É um projeto complexo, se houve parecer contrário da Comissão de Justiça talvez seja um parecer técnico, mas não podemos “deixar pra amanhã o que se pode fazer hoje”. Se nós não aprovarmos esse projeto, vamos deixar esse problema pra outro prefeito que vai assumir em 2017 e acredito que essa cota de amortização que está anexa ao projeto foi estudada por economistas, contabilistas, aonde vai o percentual de amortização. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Fernando Winter, se o seu cartão de crédito, você tem 10 mil de limite, você chegou lá tem que pagar uma cota mínima; se você não paga o que vai acontecer com o seu cartão? – Vereador Fernando Winter: A cota tem que ser paga. – Vereador Jorge Bocasanta: É isso que está acontecendo no município, não estão pagando. – Vereador Fernando Winter: Mas não estão pagando lá atrás, é dívida lá de trás. Concordo plenamente. Temos que regularizar, e conforme está a planilha, acredito que 2 mais 2 são 4, em matemática não existe erro. E, se usar e for fiel a essa planilha veremos no ano de 2040 a finalização dessa dívida. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Esses projetos de lei virão pra essa Casa todos os anos até 2040, porque é um projeto anual. O que não pode é que os próximos vereadores dessa Casa precisam ter ciência de que esse projeto será discutido anualmente nesta Casa. O que não pode, também, são os próximos prefeitos, fiquem com essa choradeira de que não sabiam. O Lula também, não sabia de muita coisa,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mas os próximos prefeitos dessa cidade têm que saber dessa dívida que tem que pagar. Porque eu, enquanto servidor que no futuro quero me aposentar, o senhor também vereador Jorge Bocasanta, nós precisamos ter dinheiro no caixa do IPMC, é isso que lutamos, enquanto servidor e vereador que estamos nesta Casa. Porque em 2040 não vou ser vereador, quero estar vivo, aposentado. Quero estar recebendo, mas vereador não serei nesta Casa até porque vereador não é profissão e, precisamos ter um recurso pra pagar quem vai aposentar lá na frente. Obrigado. – Vereador Fernando Winter: Tem o voto favorável desse vereador, mas seria bom amanhã tirarmos todas as dúvidas, que cada vereador possa ter, referente a esse projeto. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Fernando Winter, olha ali na primeira... ano 2015, me acompanha no anexo I, ano 2015: aporte anual R\$ 5.909,00 só pague 2015. 2016: R\$ 11.522,00. Só isso é que queremos. – Presidente: Em votação o Projeto de lei nº 81/2015. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Registre-se o voto contrário, do vereador Jorge Bocasanta; os demais vereadores votaram favoravelmente na primeira votação do Projeto de lei nº 81/2015. Passamos pra o Projeto de lei nº 85/2015, de autoria do vereador Jaime Vasatta, que denomina de "Ernesto Guilherme Parmigiani" um bem público municipal, e dá outras providências. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jaime Vasatta. – Vereador Jaime Vasatta: Primeiramente, queria saudar a Dona Juriema Parmigiani e sua filha Líbera Parmigiani que se fazem presentes neste Plenário e que estão aqui, acompanhando esse projeto nº 85 que denomina bem público a uma pessoa que me sinto a vontade em falar sobre Ernesto Guilherme Parmigiani, pessoa que sempre participou das grandes construções dessa cidade. Gostaria de falar dessa pessoa desde quando chegou a Cascavel. Veio da cidade de Erechim e chegou aqui em 1958, onde inaugurou uma transportadora de madeira, indústria e comércio. Foi uma das pessoas que foi fundadora do autódromo de Cascavel, inaugurou os primeiros hotéis de Cascavel, presidiu a construção da nossa igreja Nossa Senhora Aparecida. Foi secretário de Obras, participou da subdivisão policial, fundador do CTG Rodeio da Tradição, presidente da ACIC, presidente da construção do Abrigo São Vicente, presidente da Asservel; me sinto muito a vontade pela pessoa que é. Fui procurado pela família, pessoa que foi homenageada aqui nesta Casa, com título de cidadão honorário. Gostaria de dizer à família que pra nós, a gente gostaria de homenagear a pessoa em vida, mas podemos resgatar de outra forma sempre lembrando as pessoas que fizeram o bem pra essa cidade. Ajudaram a construir, pelo tempo que convivi com Ernesto Guilherme Parmigiani nesta cidade, principalmente como servidor público, ele também, como um dos fundadores da Asservel e também contribuindo na época, um grande presidente da Asservel, que ajudou a construir a parte física da Asservel, que hoje é o espaço de lazer dos servidores públicos municipais. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa do projeto. Não tive muito contato com a pessoa, mas vistando o histórico acho que isso precisa ser valorizado em nosso município: as pessoas que fizeram algo importante pra



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

sociedade. Inclusive, hoje uma das ações desse cidadão que nos deixou, mas deixou saudade e lembrança foi contribuir na fundação o CTG da Tradição, que é uma entidade que tenho a honra de participar, tenho filhos que participam. Então uma ação e exemplo que perpetuou no nosso município, desse cidadão. Parabéns pela iniciativa desse projeto. – Vereador Jaime Vasatta: Obrigado. Só pra dizer, pra eternizar o nome do Ernesto Guilherme Parmigiani em Cascavel, estamos propondo esse projeto de lei pra que o prefeito possa olhar com carinho e possa colocar num bem público o seu nome pra ser lembrado. Pessoas que, realmente fizeram algo importante para a cidade de Cascavel; então peço voto favorável e agradeço que possam realmente contribuir pra esse projeto. – Presidente: Em votação o Projeto de lei nº 85/2015, de autoria do vereador Jaime Vasatta. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Projeto de lei aprovado em primeira votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Temos o Projeto de lei 88/2015 de autoria do Executivo Municipal, que altera as Leis Municipais nº. 6.275 de 08 de outubro de 2013 - Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017, 6.419 de 24 de novembro de 2014 - Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual para 2015 no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, no valor de R\$ 205.472,32. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador João Paulo de Lima: Esses 205 mil reais estavam, acredito que é terraplenagem do Cisop, então só pra reforçar a fiscalização da CPI que foi feita aqui no município de Cascavel sobre o Cisop. Dizer que é importante e fundamental e estamos aqui, votando pra que seja construído o Cisop. Uma verba do Governo estadual, mas que tem que ser passada por essa Casa, tem que ser fiscalizada. Só pra registrar nos anais dessa Casa, que o Cisop tem que passar nos anais dessa Casa. – Presidente: Em votação o Projeto de lei nº 81/2015. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado em primeira votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes em Plenário. Finda está à matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores pra pronunciamento de interesse público. Temos as inscrições dos vereadores João Paulo de Lima, Paulo Porto, Fernando Winter, Professor Paulino e Jorge Menegatti. Com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: O que me traz nesta tribuna no dia de hoje é pra falar sobre 3 assuntos: o primeiro, é sobre a escola Professor Ademir Correa Barbosa constituída no Jardim dos Ipês. Vale lembrar que, desde janeiro de 2015 a obra está parada e amanhã, faremos um requerimento pra saber melhores informações; porque houve inclusive a morte de um operário na construção da escola. Não temos base concreta no que diz respeito do porquê essa escola não está dando andamento e prosseguimento. Amanhã, vamos fazer um requerimento a pedido dos moradores do Jardim dos Ipês. Outra situação; vou falar da Cettrans. Semana passada, solicitava neste grande projeto do BID sobre a questão da fiscalização na avenida Brasil, porque não tinha e até porque está atrapalhando muito os motoristas; inclusive nos horários de pico acontecendo acidentes e não tinha fiscalização. Volto a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

essa tribuna pra dizer que a Cettrans não está cumprindo com seu papel. Não é somente multar, ficar atrás de placas de veículos, mas é um momento de que a presidência se manifeste. Muitas vezes é só na base aqui, da tribuna, da pressão é que as coisas resolvem. Está no momento de que isso possa ser avaliado e retomado. Outra situação, inclusive está nas capas dos jornais do final de semana, é sobre o Consamu, do qual faz parte o prefeito Edgar Bueno, como presidente desse Consórcio. Lamentavelmente, um Consórcio que funciona bem está quase falido, não por administração, mas pela situação que está envolvendo os repasses do governo federal. Só a título de esclarecimento dos senhores: 1 ano e 10 meses de operação recebe 30.000 ligações/mês, regula 12.000 ocorrências, envia 4.800 ambulâncias por mês, 300 funcionários, 18 unidades básicas, 5 unidades avançadas, 1 equipe aero médica paga pelo Estado com 465 voos em 1.020 horas. Falta habilitar 3 ambulâncias que ainda não estão habilitadas no Governo Federal e o helicóptero. Falta qualificar todas as viaturas; a qualificação e habilitação vão trazer o dinheiro que precisamos pra o equilíbrio financeiro do Consórcio. Se as portarias saírem o Consórcio está salvo, se não saírem o Consórcio está encerrado. E já estão na mesa do ministro da Saúde e ele não vêm pra embate, dizendo o que está acontecendo. Quero só complementar dizendo que Cascavel vai gerar um prejuízo se acabar vindo só o Samu. Hoje, o município de Cascavel paga 350.000 reais pra o Consamu; se isso acabar o município vai ter um custeio de 700.000 mensais. Falávamos, inclusive com Nei H. Haveroth que têm muitos prefeitos que têm ambulâncias bonitas e trazem pra Cascavel. Isso é verdade. Agora o Samu é diferenciado e quantas vezes já salvaram vidas, inclusive por telefone, tirando muitas situações de criança por afogamento, inclusive do leite materno. Sexta-feira, teremos a presença do deputado federal Osmar Terra, está ainda em confirmação o vice-presidente da Frente Parlamentar da Saúde do Congresso Nacional, o deputado Peronde, também não são deputados da nossa região, do nosso Estado, inclusive acompanhados da deputada Leandri, que é uma deputada que tem acompanhado essa situação da saúde e vários outros deputados do Oeste, Sudoeste, enfim. Queremos lotar esta Casa sexta-feira, pra que possamos proporcionar, inclusive a melhoria do atendimento e qualidade dos serviços; porque só os municípios tocando irão quebrar. É necessária, é de urgência a habilitação do Samu, Consamu e também a questão dos leitos e a Upa do Veneza que faz um ano que está aberta e até hoje não recebe recurso do Governo Federal. Já deixei o convite a todos os senhores vereadores em seus gabinetes, mas estendo esse convite em nome da Frente Parlamentar da Saúde, pra que os senhores possam participar nesta sexta-feira, das 9:00 às 11:00 horas da manhã, de um debate intenso sobre a saúde, não só de Cascavel, mas da região. Porque se a região não vai bem, as pessoas acabam vindo pra a nossa cidade e isso compromete. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Só gostaria de fazer um comentário, na questão do Consmau. Parabenizar o trabalho feito pelos profissionais, mas foi um grande erro do Governo Federal de instituir esse programa, principalmente no Estado do Paraná. Já existia um órgão que era só aparelhar um pouco mais e fazer o recebimento das vítimas nos hospitais, que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

eram os casos clínicos, que é o Siate. O Município de Cascavel tem o Siate à disposição, tem ambulância, pessoal preparado, que atende as questões de trauma. Os clínicos também atendiam parcialmente e, aí o Governo Federal resolveu separar Consamu e trauma. E hoje, temos o grande problema que jogou a responsabilidade para os Municípios arcarem com isso. Temos o problema dos funcionários, despesas e os municípios sem condições de dar uma atenção técnica; aí cai no caso dos municípios pequenos de transportar apenas os pacientes pra Cascavel. Poderia ser transportado através de ambulância, embora o atendimento é de excelência dos profissionais, mas é um programa que a curto prazo estará falido. Seria melhor ter colocado apenas para melhorar o aparelhamento do sistema do Paraná. Provou São Paulo e Paraná que dá certo, que era o Siate. Obrigado. - Vereador João Paulo de Lima: Isso é real, mas como o sistema está pronto, temos que lutar pra que o sistema não seja falho. Ontem, embora muitas pessoas foram pra rua, na luta da companheira Dilma; estou somente aguardando que ela possa cumprir as metas dela, inclusive esse dinheiro que está sendo repassado, que estamos votando pelo Cisop poderia ser o Governo Federal bancando essa situação. Até porque vi no programa eleitoral dizendo que, teremos especialidades em todos os Municípios e Estados. Estou aguardando e espero que possa aguardar mais 2, 3 anos. Obrigado. – Presidente: Obrigado. Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Devido ao adiantado da hora, abro mão da palavra pra falar amanhã. – Presidente: Obrigado. Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Da mesma forma tínhamos combinado com a Comissão de Educação pra falarmos em conjunto, portanto falamos amanhã. – Presidente: Obrigado. Com a palavra vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Também abro mão da palavra, devido o adiantado da hora e deixo a inscrição pra amanhã. – Presidente: Obrigado. Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Não abro mão. Venho falar sobre a docência. A profissão dos professores sempre foi motivo de incompreensão por parte do senso comum. Alguns entendem que é sacerdócio, ou seja, que são vocacionados pra docência, não sendo nem uma profissão, mas uma escolha de vida. Por isso, pra que salário? Inclusive entendem que sequer deveria ser uma profissão, mas apenas uma atividade complementar. É famosa a frase do governador Paulo Maluf, de São Paulo dos anos 80, quando confrontado com o holerite de uma educadora profissional, ele saiu-se com essa pérola: “a senhora não ganha mal, a senhora é apenas mal casada”. Essa frase é típica de quem não tem a menor noção do que é docência, de quem sequer desconfia do que é o exercício da docência, de quem jamais pisou numa sala de aula, jamais elaborou um plano pedagógico. Esse imaginário tosco é típico de governantes prepotentes e alheios, a real importância do processo educativo. Semana passada, essa longa lista de frases infelizes, lamentavelmente aumentou com a absurda afirmação do prefeito, Edgar Bueno junto à CBN, quando ao discutir a justa reivindicação dos professores pelo piso nacional, que seja pago como salário e não como abono; o prefeito saiu-se com a seguinte frase: “na verdade, o que esses professores querem é apenas sombra, água fresca e um troquinho pra tomar cerveja”.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Segundo o nosso prefeito, quando os professores reivindicam o piso nacional, que é direito; ele responde: “você quer sombra, água fresca e um troquinho pra tomar cerveja”. Vou ler a nota do Siprovel, a respeito dessa frase infeliz do Edgar Bueno: *O sindicato dos professores da rede pública municipal de ensino de Cascavel – PR - Siprovel, repudia o conteúdo da entrevista concedida pelo prefeito, Edgar Bueno à Rádio CBN no dia 11-08-2015. Acreditamos que o prefeito não tem real conhecimento do comprometimento, do profissionalismo e da responsabilidade dos professores com a educação, ou seja, desconhece a realidade educacional do município de Cascavel. Evidenciou, ainda, seu autoritarismo e total desrespeito com os professores de um município, que é referência nacional em termos educacionais, devido aos esforços dos profissionais do magistério. Os professores da rede pública municipal de ensino de Cascavel não necessitam da autorização do prefeito, para manifestar a indignação com o descumprimento de leis, o que fere direitos conquistados com a formação de cidadãos que são à base da sociedade. Continuaremos na luta por uma educação pública de qualidade, por respeito e valorização aos professores que fazem a educação acontecer. Siprovel.* (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Desconheço essa informação e duvido que o prefeito tenha feito essa afirmação. Pelo que a gente conhece, o prefeito Edgar Bueno sempre valorizou os professores, tanto que foi o primeiro prefeito de Cascavel que liberou pra que os professores escolhessem o próprio secretário; sempre valorizou o plano de cargos e salário dos professores, então fica minha dúvida. Com certeza o prefeito não faria uma afirmação dessas aí. - Vereador Paulo Porto: Obrigado. Fiquei com a mesma dúvida e fui ouvir a rádio CBN, na gravação do site. Ouvi 2, 3 vezes e, ele fala exatamente isso. Inacreditável a ponto do líder do governo não acreditar, que compreendo que é inacreditável um prefeito falar isso: que os professores só querem sombra, água fresca e um troquinho pra tomar cerveja. Nosso mandato se coloca ao lado dos professores e repudia veementemente essa frase infeliz, do nível da do Paulo Maluf; entrou pra história, uma das pérolas contra a docência e; se coloca solidário à justa reivindicação do Sindicato dos Professores. Muito obrigado. Obrigado. – Presidente: Como a inscrição do vereador Paulo Porto que era a última do dia e; não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às onze horas e quarenta e quatro minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

JORGE MENEGATTI

Secretário *ad hoc*